

No. 36768

**Brazil
and
Peru**

**Arrangement in the field of Amazon environment, supplementary to the Basic
Agreement on scientific and technical cooperation between the Government of
the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Peru.
Lima, 6 December 1999**

Entry into force: 6 December 1999 by signature, in accordance with article IX

Authentic texts: Portuguese and Spanish

Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 21 July 2000

**Brésil
et
Pérou**

**Arrangement dans le domaine de l'environnement amazonien, complémentaire à
l'Accord de base relatif à la coopération scientifique et technique entre le
Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la
République du Pérou. Lima, 6 décembre 1999**

Entrée en vigueur : 6 décembre 1999 par signature, conformément à l'article IX

Textes authentiques : portugais et espagnol

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 21 juillet 2000

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

**AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA
E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU NA ÁREA DE
MEIO AMBIENTE AMAZÔNICO**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Peru
(doravante denominados "Partes"),

CONSIDERANDO:

Que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, de 8 de outubro de 1975;

Que o desenvolvimento da região amazônica do Brasil e do Peru deverá buscar o aproveitamento sustentável dos recursos naturais e a melhoria das condições de vida da população;

Que toda a atividade a ser desenvolvida na Amazônia deverá reconhecer a unidade e a integridade da diversidade cultural e biofísica da bacia amazônica;

Que a cooperação técnica, científica e tecnológica nas áreas afetas ao meio ambiente, em particular no que se refere à conservação e preservação da biodiversidade, reveste-se de especial interesse para as Partes, com base no mútuo benefício e reciprocidade;

Ajustam o seguinte:

ARTIGO I

O presente Ajuste Complementar tem por objetivo desenvolver projetos e atividades de cooperação técnica em áreas temáticas de interesse mútuo que contribuam para o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

ARTIGO II

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

- a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação dos projetos e atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar;
- b) o Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica (INPA) como responsável pela execução dos projetos e atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

ARTIGO III

O Governo da República do Peru designa:

- a) o Ministério das Relações Exteriores, em coordenação com a Secretaria Executiva de Cooperação Técnica Internacional (SECTI), como responsáveis pela coordenação, acompanhamento e avaliação dos projetos e atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar;
- b) o “Instituto de Investigaciones da la Amazonia Peruana (IIAP)”, como responsável pela execução dos projetos e atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

ARTIGO IV

Para alcançar o objetivo constante do Artigo I do presente Ajuste Complementar, as Partes fomentarão as seguintes ações:

- a) promoção de treinamento e intercâmbio de técnicos e especialistas na área de desenvolvimento sustentável, com ênfase na bacia amazônica;
- b) realização de visitas de técnicos e especialistas a fim de promover o intercâmbio de experiências e a difusão de informação;
- c) organização de simpósios, seminários e colóquios em áreas de mútuo interesse;
- d) outras ações que as Partes acordarem.

ARTIGO V

As entidades executoras elaborarão conjuntamente as propostas de projetos, pormenorizando os objetivos, justificativa, custos, formas de financiamento, prazos de execução e demais condições. As propostas serão apresentadas pelas entidades executoras às entidades de coordenação em seus respectivos países, as quais serão incorporadas aos programas anuais de cooperação acordados entre as Partes.

ARTIGO VI

1. Os custos para a implementação dos projetos e atividades serão, sempre que possível, compartilhados entre as entidades executoras, isto é, as despesas das passagens estarão a cargo de cada Parte que se desloca e as de alojamento e alimentação estarão a cargo do país anfitrião.

2. Uma vez aprovado um projeto conjunto, será necessária a autorização expressa de ambas as Partes para promover e solicitar a participação e financiamento de organismos internacionais e de terceiros países no projeto. Os países poderão fazer uso de fundos próprios.

ARTIGO VII

1. As entidades executoras elaborarão relatórios semestrais sobre os resultados obtidos nos projetos e atividades desenvolvidos no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão encaminhados às entidades coordenadoras. Por ocasião das reuniões bilaterais de cooperação técnica, as entidades executoras do presente Ajuste Complementar serão convocadas para apresentar os resultados alcançados.

2. Os documentos resultantes dos projetos desenvolvidos no contexto deste Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes. A versão oficial dos documentos de trabalho será elaborada no idioma do país de origem do trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão fazer clara referência às Partes e ao Ajuste Complementar.

ARTIGO VIII

Todos os projetos e atividades desenvolvidos neste Ajuste Complementar respeitarão as disposições legais vigentes em ambos os países.

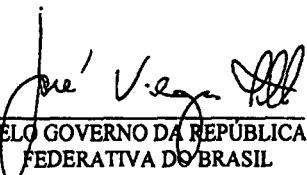
ARTIGO IX

1. O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá validade por um período de 3 (três) anos, prorrogável de comum acordo pelo mesmo período, salvo se uma das Partes notificar à outra, por via diplomática, com antecedência de 3 (três) meses à data de expiração, sua intenção de denunciá-lo.
2. A denúncia do presente Ajuste Complementar não prejudicará os projetos e atividades em andamento, os quais serão executados até o seu término, salvo se as Partes, de mútuo acordo, decidirem o contrário.

ARTIGO X

Para as questões não previstas neste Ajuste Complementar aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, de 8 de outubro de 1975.

Feito em Lima, em 06 de dezembro de 1999, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
José Veigas Filho
Embaixador


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DO PERU
Fernando Trazegnies Grandia
Ministro das Relações
Exteriores

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO COMPLEMENTARIO AL CONVENIO BÁSICO DE COOPERACIÓN
CIENTÍFICA Y TÉCNICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PERÚ
Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL EN EL ÁREA
DE MEDIO AMBIENTE AMAZÓNICO**

El Gobierno de la República del Perú

y

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

(en adelante denominados "las Partes")

CONSIDERANDO:

Que sus relaciones de cooperación han sido fortalecidas y amparadas por el Convenio Básico de Cooperación Científica y Técnica entre el Gobierno de la República del Perú y el Gobierno de la República Federativa del Brasil, del ocho de octubre de 1975;

Que el desarrollo de la región amazónica del Perú y Brasil, deberá estar orientado al aprovechamiento sostenible de los recursos naturales y a la mejora de las condiciones de vida de la población;

Que toda actividad que se desarrolle en la amazonía deberá reconocer la unidad y la integridad de la diversidad cultural y biofísica en la cuenca amazónica;

Que la cooperación técnica, científica y tecnológica en las áreas ambientales, en particular, aquellas referidas a la conservación y preservación de la biodiversidad, revisten especial interés para las Partes, en base a un mutuo beneficio y reciprocidad.

Acuerdan lo siguiente :

ARTICULO I

El presente Acuerdo Complementario tiene por objetivo, desarrollar proyectos y actividades de cooperación técnica en áreas temáticas de mutuo interés y que contribuyan al desarrollo sostenible de la región amazónica.

ARTICULO II

El Gobierno de Perú designa:

- a).- Al Ministerio de Relaciones Exteriores, en coordinación con la Secretaría Ejecutiva de Cooperación Técnica Internacional (SECTI), como responsables de la coordinación, seguimiento y evaluación de los proyectos y actividades acordes al presente Acuerdo Complementario.
- b).- Al Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana (IIAP), como la institución responsable de la ejecución de los proyectos y actividades acordes al presente Acuerdo Complementario.

ARTICULO III

El Gobierno de la República Federativa del Brasil designa :

- a).- A la "Agencia Brasileña de Cooperación" del Ministerio de Relaciones Exteriores (ABC/MRE) como responsable de la coordinación, seguimiento y evaluación de los proyectos y actividades acordes al presente acuerdo complementario.
- b).- Al "Instituto Nacional de Investigación Amazónica" (INPA) como responsable de la ejecución de los proyectos y actividades acordes al presente Acuerdo Complementario.

ARTICULO IV

A fin de lograr el objetivo planteado en el Artículo I del presente Acuerdo Complementario, las partes fomentarán las siguientes acciones :

- a) Promover el intercambio y capacitación de técnicos y especialistas en las diversas áreas del desarrollo sostenible, con énfasis en lo relevante al desarrollo sostenible de la Cuenca Amazónica.
- b) Realizar visitas de técnicos y especialistas a fin de promover el intercambio de experiencias y la difusión de la información.
- c) Organizar simposios, talleres, seminarios, en áreas de mutuo interés.
- d) Otras acciones que acuerden las partes.

ARTICULO V

Las entidades ejecutoras elaborarán conjuntamente las propuestas de proyectos, detallando los objetivos, justificación, costos, formas de financiamiento, plazos de

ejecución y demás condiciones. Las propuestas serán presentadas por las unidades ejecutoras a las entidades de coordinación en sus respectivos países, las cuales serán incorporadas en los programas anuales de cooperación que se acuerden entre las Partes.

ARTICULO VI

1.- Los costos de implementación de los proyectos y actividades serán, en lo posible, compartidos por las Entidades Ejecutoras, de tal forma que, los pasajes estarán a cargo de la parte que se desplaza y el alojamiento y alimentación estarán a cargo del país anfitrión.

2.- Una vez aprobado un proyecto conjunto, será necesario el expreso consentimiento de ambas partes para promover y solicitar la participación y financiamiento de organismos internacionales o de terceros países en dicho proyecto. Los países podrán hacer uso de fondos propios.

ARTICULO VII

1.- Las entidades ejecutoras elaborarán informes semestrales de los resultados obtenidos en los proyectos y actividades desarrollados en el marco de este Acuerdo Complementario, los cuales serán presentados a las entidades coordinadoras. Con ocasión de las reuniones bilaterales de cooperación técnica, las entidades ejecutoras del presente Acuerdo Complementario serán convocadas para presentar los resultados alcanzados.

2.- Los documentos resultantes de los proyectos desarrollados en el contexto del presente Acuerdo Complementario, serán de propiedad de ambas Partes. La versión oficial de los documentos de trabajo serán elaborados en el idioma oficial del país de origen del trabajo. En caso de publicación de dichos documentos, se deberá hacer clara referencia a las Partes y al Acuerdo Complementario.

ARTICULO VIII

Todos los proyectos y actividades que se desarrolle en el marco del presente Acuerdo Complementario respetarán las disposiciones legales vigentes en ambos países.

ARTICULO IX

1.- El presente Acuerdo Complementario entrará en vigencia a partir de la fecha de su firma y tendrá validez por un periodo de tres (3) años, renovables de común

acuerdo por periodos similares, salvo que una de las Partes comunique a la otra por la vía diplomática y con una anticipación mínima de (90) días, su intención de denunciarlo.

2.- La expiración del presente Acuerdo Complementario no afectará los proyectos y actividades en desarrollo, los cuales serán ejecutados hasta la finalización del mismo, salvo que las Partes, de mutuo acuerdo, decidan lo contrario.

ARTICULO X

Para las cuestiones no previstas en este Acuerdo Complementario se aplicarán las disposiciones del Acuerdo Básico de Cooperación Científica y Técnica entre el Gobierno de la República del Perú y el Gobierno de la República Federativa del Brasil, del ocho de octubre de 1975;

Suscrito en Lima, el seis de diciembre de 1999, en dos ejemplares originales en los idiomas español y portugués, siendo ambos ejemplares igualmente auténticos.

.....
POR EL GOBIERNO DE
LA REPÚBLICA DEL PERÚ

.....
José Viegas
POR EL GOBIERNO DE LA
REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ARRANGEMENT IN THE FIELD OF AMAZON ENVIRONMENT, SUPPLEMENTARY TO THE BASIC AGREEMENT ON SCIENTIFIC AND TECHNICAL COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF PERU

The Government of the Federative Republic of Brazil and The Government of the Republic of Peru (hereinafter referred to as "the Parties"),

Considering:

That their relations of cooperation have been strengthened and protected by the Basic Agreement on Scientific and Technical Cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Peru, of 8 October 1975;

That the development of the Amazon region of Brazil and Peru must be oriented towards the sustainable development of natural resources and improvement of the living conditions of the population;

That any activity undertaken in the Amazon must recognize the unity and integrity of cultural and biophysical diversity in the Amazon basin;

That technical, scientific and technological cooperation in environmental areas, particularly those relating to the conservation and preservation of biodiversity, on the basis of mutual benefit and reciprocity, is of special interest for the Parties,

Have agreed as follows:

Article I

The objective of this Supplementary Arrangement is to carry out technical cooperation projects and activities in thematic areas of mutual interest that contribute to the sustainable development of the Amazon region.

Article II

The Government of the Federative Republic of Brazil designates:

(a) The Brazilian Agency for Cooperation of the Ministry of Foreign Affairs (ABC/MRE) to be responsible for the coordination, follow-up and evaluation of the projects and activities emanating from this Supplementary Arrangement;

(b) The National Institute for Research (INPA) to be responsible for the implementation of the projects and activities emanating from this Supplementary Arrangement.

Article III

The Government of Peru designates:

(a) The Ministry of Foreign Affairs in coordination with the executive Secretariat for International Technical Cooperation (SECTI) to be responsible for the coordination, follow-up and evaluation of the projects and activities emanating from this Supplementary Arrangement;

(b) The research institute for the Peruvian Amazon (IIAP) to be responsible for the implementation of the projects and activities emanating from this Supplementary Arrangement.

Article IV

In order to achieve the objective set forth in article I of this Supplementary Arrangement, the Parties shall promote the following activities:

- (a) Encouragement of the exchange and training of technicians and specialists in the various areas of sustainable development, with emphasis on matters relating to the sustainable development of the Amazon basin;
- (b) Visits by technicians and specialists to promote the exchange of experience and the dissemination of information;
- (c) Organization of symposia, workshops and seminars in areas of mutual interest;
- (d) Other activities to be agreed by the Parties.

Article V

The executing agencies shall draw up joint project proposals, giving details of objectives, justification, costs, types of financing, implementation periods and other conditions. The proposals shall be submitted by the executing units to the coordination agencies in their respective countries and shall be incorporated in the annual cooperation programmes agreed between the Parties.

Article VI

1. The costs of implementing projects and activities shall, to the extent possible, be shared between the executing agencies, travel expenses being paid by the sending Party and the cost of board and lodging by the receiving country.

2. Once a joint project is approved, the express authorization of both Parties shall be required in order to promote and seek participation and financing by international organizations or third countries in respect of the project. The countries shall be able to utilize their own funds.

Article VII

1. The executing agencies shall draw up semi-annual reports on the results achieved in the projects and activities carried out under this Supplementary Arrangement, which shall be submitted to the coordination agencies. At the bilateral technical cooperation meetings,

the executing agencies for this Supplementary Arrangement shall be called upon to present the results achieved.

2. The documents which result from the projects carried out in the context of this Supplementary Arrangement shall be the property of both Parties. The official version of the working documents shall be drawn up in the official language of the country of origin of the work. In the event of the publication of these documents, clear reference must be made to the Parties and to the Supplementary Arrangement.

Article VIII

All projects and activities undertaken under this Supplementary Arrangement shall respect the legal provisions in force in both countries.

Article IX

1. This Supplementary Arrangement shall enter into force on the date of its signature and shall remain in force for a period of three (3) years, which may be renewed by agreement for similar periods, unless one of the Parties communicates to the other, through the diplomatic channel, at least three (3) months before its expiry, its intention to denounce it.

2. The expiry of this Supplementary Arrangement shall be without prejudice to projects and activities which are under way, which shall be continued until they are completed, unless the Parties agree otherwise.

Article X

With regard to questions not provided for in this Supplementary Arrangement, the provisions of the Basic Agreement on Scientific and Technical Cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Peru, of 8 October 1975, shall apply.

Done at Lima, on 6 December 1999, in two original copies in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

JOSÉ VEIGAS FILHO
Ambassador

For the Government of the Republic of Peru:

FERNANDO TRAZEGNIES GRANDA
Minister for Foreign Affairs

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ARRANGEMENT DANS LE DOMAINE DE L'ENVIRONNEMENT AMAZONIEN, COMPLÉMENTAIRE À L'ACCORD DE BASE RELATIF À LA COOPÉRATION SCIENTIFIQUE ET TECHNIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DU PÉROU

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et Le Gouvernement de la République du Pérou (ci-après dénommés « les Parties »),

Considérant :

Que leurs rapports en matière de coopération ont été renforcés et protégés par l'Accord de base relatif à la coopération technique et scientifique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Pérou, du 8 octobre 1975;

Que l'aménagement de la région amazonienne du Brésil doit viser à mettre en valeur durablement les ressources naturelles et à améliorer les conditions de vie de la population;

Que toute activité à mettre en oeuvre en Amazonie doit respecter l'unité et l'intégrité de la diversité culturelle et biophysique du bassin de l'Amazone;

Que la coopération technique, scientifique et technologique dans les secteurs touchant l'environnement, notamment en ce qui concerne la conservation et la préservation de la diversité biologique, revêt un intérêt particulier pour les Parties, sur la base de l'avantage mutuel et de la réciprocité;

Conviennent comme suit :

Article premier

Le présent Arrangement complémentaire a pour objectif d'élaborer des projets et activités de coopération technique dans des secteurs thématiques d'intérêt mutuel, qui contribuent au développement durable de la région amazonienne.

Article II

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil désigne :

- a) L'Agence brésilienne de coopération du Ministère des relations extérieures (ABC/MRE) comme organisme chargé de la coordination, de l'accompagnement et de l'évaluation des projets et activités découlant du présent Arrangement complémentaire;
- b) L'Institut national de la recherche amazonienne (INPA) comme organisme chargé de l'exécution des projets et activités découlant du présent Arrangement complémentaire.

Article III

Le Gouvernement de la République du Pérou désigne :

- a) Le Ministère des relations extérieures, en coordination avec le Secrétariat exécutif à la coopération technique internationale (SECTI), comme organismes chargés de la coordination, de l'accompagnement et de l'évaluation des projets et activités découlant du présent Arrangement complémentaire;
- b) L'Institut de recherches de l'Amazonie péruvienne (IIAP) comme organisme chargé de l'exécution des projets et activités découlant du présent Arrangement complémentaire.

Article IV

En vue de réaliser l'objectif mentionné à l'article premier du présent Arrangement complémentaire, les Parties favorisent les actions suivantes :

- a) Promotion de la formation et échange de techniciens et spécialistes dans le domaine du développement durable, en ce qui concerne particulièrement le bassin de l'Amazone;
- b) Réalisation de visites de techniciens et spécialistes, afin de promouvoir l'échange de résultats d'expérience et la diffusion de l'information;
- c) Organisation de colloques, séminaires et symposiums dans des domaines d'intérêt mutuel;
- d) Autres actions dont peuvent convenir les Parties.

Article V

Les organismes d'exécution élaborent ensemble les propositions de projet en détaillant les objectifs, la justification, les coûts, les formes de financement, les délais d'exécution et les autres conditions. Ils présentent ces propositions aux organes de coordination de leur pays respectif en vue de les faire inscrire aux programmes annuels de coopération convenus entre les Parties.

Article VI

I. Les coûts nécessaires à la mise en oeuvre des projets et activités sont répartis autant que possible entre les organes d'exécution, les frais de voyage étant à la charge de la Partie qui se déplace et les frais d'hébergement et de subsistance à la charge du pays d'accueil.

2. Une fois approuvé un projet commun, l'autorisation expresse des deux Parties est nécessaire pour promouvoir et solliciter la participation au projet et le financement d'organismes internationaux et de tiers pays. Les pays peuvent employer des fonds propres.

Article VII

1. Les organismes d'exécution établissent et transmettent aux organismes de coordination des rapports semestriels sur les résultats obtenus par les projets et activités élaborés dans le cadre du présent Arrangement complémentaire. Les organismes d'exécution du

présent Arrangement complémentaire sont invités à présenter les résultats obtenus à l'occasion des réunions bilatérales de coopération technique.

2. Les documents résultant des projets élaborés dans le contexte du présent Arrangement complémentaire appartiennent en commun aux Parties. La version officielle des documents de travail est rédigée dans la langue du pays d'origine des travaux. Si lesdits documents sont publiés, il doit y être fait expressément mention des Parties et de l'Arrangement complémentaire.

Article VIII

Tous les projets et activités élaborés en application du présent Arrangement complémentaire doivent respecter les dispositions légales en vigueur dans les deux pays.

Article IX

1. Le présent Arrangement complémentaire entre en vigueur à la date de sa signature pour une période de trois ans et il est renouvelable d'un commun accord pour une période de même durée, à moins que l'une des Parties ne通知 à l'autre, par la voie diplomatique, trois mois avant qu'il n'expire, son intention de le dénoncer.

2. La dénonciation du présent Arrangement ne porte pas préjudice aux projets et activités en cours, dont l'exécution est menée à terme, à moins que les Parties n'en décident autrement d'un commun accord.

Article X

Toute question qui n'est pas prévue dans le présent Arrangement complémentaire relève des dispositions de l'Accord de base relatif à la coopération technique et scientifique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Pérou, du 8 octobre 1975.

Fait à Lima, le 6 décembre 1999, en deux exemplaires originaux, en portugais et en espagnol, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

JOSÉ VEIGAS FILHO
Ambassadeur

Pour le Gouvernement de la République du Pérou :

LE MINISTRE DES RELATIONS EXTÉRIEURES
Fernando Trazegnies Granda

